

**AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas

AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE SAMPA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis trimestrais da Agência São Paulo de Desenvolvimento - Ade Sampa (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE Sampa em 31 de março de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE Sampa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e suas demonstrações contábeis trimestrais deste ano-calendário foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 15 de fevereiro de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação aos eventos ou às circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança à respeito, dentre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e

comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo 12 de setembro de 2018.

Atenciosamente,


Prof. Dr. Marcos Francisco Rodrigues Sousa

Contador CRC 1SP167515/O-0

Consulcamp Auditoria

CRC 2SP024818/O-5

AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE Sampa

Balanco Patrimonial em 31 de março de 2018 e dezembro de 2017
Em Reais

Ativo circulante	Nota	31.03.2018	31.12.2017	Passivo circulante	Nota	31.03.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.324.442	11.087.749	Aportes - Projetos	10	10.374.210	11.431.113
Reembolso a receber	5	-	445	Obrigações sociais e trabalhistas	11	380.525	355.779
Tributos a recuperar	6	28	27	Obrigações fiscais e tributárias	12	646	476
Adiantamentos	7	366.429	627.918	Fornecedores	13	2.598	1.768
Despesas Antecipadas	8	-	2.685	Outras Contas a pagar	-	-	-
		10.690.899	11.718.824			10.757.979	11.789.136
Ativo não circulante				Total do passivo		10.757.979	11.789.136
Imobilizado	9	47.780	51.012	Patrimônio Líquido			
		47.780	51.012	Superávit no Período	14	-	-
				Ajuste do Exercício anterior		(19.300)	(19.300)
				Total do patrimônio líquido		(19.300)	(19.300)
Total do ativo		10.738.679	11.769.836	Total do passivo e patrimônio líquido		10.738.679	11.769.836

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE Sampa

Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31 de março de 2018 e de 2017
Em Reais

	Notas	31.03.2018	31.03.2017
Receita líquida	15	1.400.065	1.922.522
Lucro bruto		1.400.065	1.922.522
Custos e Despesas operacionais		(1.400.065)	(1.700.142)
Despesa com pessoal	16	(1.111.446)	(1.317.673)
Outras Despesas nos Programas e Atividades	16	(287.328)	(381.703)
Despesas Financeiras	16	(1.291)	(766)
Superávit/Déficit do Período		-	222.380

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE Sampa

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social encerrado em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
Em Reais

	Notas	Patrimônio Social	Reservas de Superávit/Déficit		Superávit / Déficit Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Outras Reservas			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	-	(22.403)	(22.403)	
Superávit/Déficit do Período		-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	3.103	3.103	3.103
Saldos em 31 de dezembro de 2017		-	-	(19.300)	(19.300)	(19.300)
Superávit/Déficit do Período	14	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2018		-	-	(19.300)	(19.300)	(19.300)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO - ADE Sampa

Demonstração do Fluxo de Caixa encerrado em 31 de março de 2018 e 2017

Em Reais

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Das atividades operacionais		
Superávit/Déficit Líquido Total do Exercício	-	222.380
		-
Ajustes para reconciliar o superávit/déficit ao caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	3.232	2.566
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
		-
Mudanças nos ativos e passivos		
Ativo	(766.539)	(1.752.450)
Contas a receber de clientes	445	494.546
Tributos a recuperar	(1)	0
Adiantamentos	261.489	(462.226)
Despesas Antecipadas	2.685	(14.765)
Fornecedores	830	38.779
Tributos a pagar	170	(2.549)
Obrigações sociais e trabalhistas	24.746	(606.546)
Aportes - Projetos	(1.056.903)	(1.199.329)
Outras Contas a Pagar	-	(360)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) operações	(763.307)	(1.527.504)
	(763.307)	(1.527.504)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(763.307)	(1.527.504)
	(763.307)	(1.527.504)
Aumento/ (decrécimo) das disponibilidades	(763.307)	(1.527.504)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.087.749	9.721.398
No final do exercício	10.324.442	8.193.894
	(763.307)	(1.527.504)
Aumento/(decrécimo) das disponibilidades	(763.307)	(1.527.504)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional

A Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE Sampa, entidade de direito privado, qualificada como Serviço Social Autônomo de fins não econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, constituída em 4 de julho de 2013 pela Lei 15.838 e regulamentada pelos Decreto 15.569 de 8 de novembro de 2013, Decreto 54.661 de 5 de dezembro de 2013 e Decreto 55.462 de 29 de agosto de 2014.

O objetivo da Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPa tem o objetivo de promover o crescimento econômico e a geração de empregos no Município de São Paulo por meio do fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas e cooperativas, exercendo os seguintes projetos e atividades:

- a. promoção do acesso a instituições financeiras habilitadas à concessão de microcrédito com taxas de juros reduzidas;
- b. assunção gradual das atividades da São Paulo Confia e de seu papel na oferta de microcrédito no Município;
- c. oferta de treinamento e desenvolvimento para empreendedores e empregados, com foco na abertura de empresas e sua gestão sustentável;
- d. organização e promoção de assistência técnica nas áreas jurídica, contábil, financeira e de gestão ao empreendedor;
- e. implementação de políticas que estimulem a pesquisa, a difusão de tecnologias e a inovação e que incrementem a competitividade das empresas, atuando em conjunto com os Parques Tecnológicos, Centros Tecnológicos, Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT's) e Incubadoras de Empresas;
- f. implementação do Programa para a Valorização de Iniciativas Tecnológicas - VAI TEC, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídios, atividades inovadoras e em especial as ligadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;
- g. promover a estruturação e o desenvolvimento de cadeias produtivas formadas por micro, pequenas e médias empresas e cooperativas;
- h. outras atividades e projetos aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- i. contribuir para a redução das desigualdades regionais de desenvolvimento dentro do Município e promover a geração de emprego e renda, prioritariamente nas áreas com alta densidade populacional e limitada oferta de empregos e nas iniciativas voltadas

à inclusão social dos segmentos mais vulneráveis, como jovens, mulheres e população negra e indígena;

- j. desenvolver programa de incentivo aos setores da economia criativa, a saber: arquitetura, publicidade, design, artes, antiguidades, artesanato, moda, cinema e vídeo, televisão, editoração e publicações, artes cênicas, rádio, softwares de lazer e música, como estímulo ao desenvolvimento econômico e geração de empregos de qualidade e produção de bens e serviços de elevado valor agregado.

Todos os procedimentos de compras, contratações e alienação da Ade Sampa ocorrem por meio do processo de licitações públicas, regulamentadas por regimento interno formalizado. Assim, assegurando, propostas mais vantajosas e promoção do desenvolvimento nacional por meio de tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte.

a) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade em 13 de setembro de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/2011 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/2011 (NBC TG 26) que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 que revogou a Resolução CFC N° 877/2000 - NBCT - 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Em relação as novas normas contábeis que entram em vigor a partir de 2018, especificamente o CPC 47, a Entidade está em processo de avaliação de suas aplicações e seus impactos nas demonstrações financeiras.

3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/2010 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/2011 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Ativos Circulantes

As contas a receber são compostas basicamente por: adiantamentos a projetos, valores compromissados a projetos e reembolso de despesas de projetos glosadas

d) Imobilizado

Os ativos classificados no imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo abrange o preço de aquisição e todos os outros custos diretamente relacionados.

e) Passivo Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Provisões** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação.

f) Prazos

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

g) Provisão de Férias e Encargos

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

h) As Despesas e as Receitas

Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

i) Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

j) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no

registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a Provisão para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos atualmente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31.03.2018	31.12.2017
Caixa (a)	428	593
Bancos	-	-
Aplicações Financeiras (b)	10.324.014	11.087.156
Total	10.324.442	11.087.749

- (a) Os saldos mantidos em caixa referem-se apenas para subsidiar gastos e despesas administrativos de pequena monta.
- (b) Todos os valores recebidos dos contratos de gestão são mantidos em aplicações de fundo de investimentos no Banco do Brasil, com uma taxa de rentabilidade média de 0,45% a.m.

5. Reembolso a Receber

Existem adiantamentos de despesas, referentes a primeira e segunda edição do Programa Vai Tec (2016 e 2017, respectivamente), que foram glosadas devido à falta de aderência ou prestação de contas com o plano de trabalho do projeto. Apesar das devidas ações da diretoria para recuperar tais montantes, estes saldos já foram contabilmente provisionados como uma provável perda em 2017.

6. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) relativo as aplicações financeiras.

7. Adiantamentos de Contrato de Gestão

Descrição	31.03.2018	31.12.2017
Adiantamentos Vai Tec - 1º edição	42.740	51.928
Valores Compromissados - Vai Tec 1º edição	41.540	50.728
Adiantamentos Vai Tec - 2º edição	128.597	237.769
Valores Compromissados - Vai Tec 2º edição	153.040	281.779
Outros	512	5.715
Total Circulante	366.429	627.918

8. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a contratos de seguros, já apropriados em períodos anteriores.

9. Imobilizado

Os ativos classificados no Imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição e deduzidos das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas.

Temos abaixo os saldos que compõem a conta de ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	31.03.2018	31.12.2017
Móveis Utensílios	6.711	6.711
Computadores e periféricos	46.982	46.982
Máquinas e Equipamentos	21.154	21.154
(-) Depreciações	(27.067)	(23.835)
Total	47.780	51.012

10. Aportes de Projetos

Descrição	31.03.2018	31.12.2017
Aportes Financeiros - Adesampa	7.836.868	8.642.120
Aportes Financeiros - Vai Tec	2.409.151	2.660.802
Aportes Financeiros - Criado em SP	128.191	128.191
Total	10.374.210	11.431.113

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas estão representadas conforme quadro abaixo:

Descrição	31.03.2018	31.12.2017
Salários	-	1.548
Bonificações	-	-
FGTS	12.515	15.169
INSS	62.371	60.159
IRRF - Trabalhista	29.959	24.290
Rescisão	2.750	-
Pró-Labore	6.884	-
PIS	1.602	1.908
Provisões Trabalhistas	264.443	252.705
Total	380.524	355.779

12. Obrigações Tributárias

As obrigações fiscais e tributárias estão representadas conforme quadro abaixo:

Descrição	31.03.2018	31.12.2017
IRRF	338	97
ISS	86	47
PIS/COFINS/CSLL	222	332
Total	646	476

13. Fornecedores

As respectivas obrigações assumidas perante fornecedores e prestadores de serviços e terceiros estão representadas conforme quadro abaixo:

Descrição	31.03.2018	31.12.2017
Fornecedores	1.599	769
Obrigações com Terceiros	999	999
Total	2.598	1.768

14. Receitas com Contratos de Gestão

Descrição	31.03.2018	31.03.2017
Receita Contrato Gestão – ADESampa (a)	1.241.136	1.455.777
Receita Contrato Gestão - Vai Tec (b)	133.781	162.070
Receita Contrato Gestão - Criado em SP (c)	-	81.484
Gratuidades com despesa de Aluguel	16.148	-
Gratuidades com Honorarios de conselho	9.000	-
Rend. Aplic. Financ. Contrato - ADESAMPA	-	131.925
Rend. Aplic. Financ. Contrato - VAI-TEC	-	46.490
Rend. Aplic. Financ. Projeto Criado em SP	-	817
Rend. Aplic. Financ. Contrato - VAI-TEC	-	16.175
Outras Receitas	-	27.783
Total	1.400.065	1.922.521

(a) Em 19 de novembro de 2014, foi firmado um Contrato de Gestão n° 011/2014 entre a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SDTE/PMSP e a ADE SAMPÁ, conforme previsto no art.4º da Lei Municipal no 15.838/13, parágrafo único do art. 2º do Decreto N° 54.569/13 e Art. 4º Inciso I, do Estatuto, a partir da celebração do ajuste, a Adesampa passou a dispor de recursos financeiros para iniciar suas operações.

(b) Em 19 de novembro de 2014, foi firmado um Contrato de Gestão n° 011/2014 entre a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SDTE/PMSP e a ADE SAMPÁ, tendo por objetivo a parceria entre as partes visando a

administração e gestão da Agência de Desenvolvimento, a fim de promover a execução de política de desenvolvimento local, especialmente as que contribuam para o crescimento econômico, geração de empregos por meio do fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas e cooperativas, empreendedorismo e a inovação tecnológica, em conformidade com o Plano de Trabalho e Cronograma de Desembolsos pela SDTE.

- (c) Em 22 de março de 2016, foi celebrado um Acordo de Cooperação entre a Agência de Desenvolvimento de São Paulo - ADE SAMPA e a Universidade Loughborough, com sede em Loughborough, Leicestershire, LE11, 3TU, Reino Unido, com intervenção e consentimento da Associação do Conselho Britânico, para o Programa de Competências Institucionais 2015 no projeto ‘Criado em Sampa: Acelerando as Regiões Vulneráveis Criativas e Culturais de São Paulo’ na concepção e implementação de um programa inovador e criativo de incubação, considerando a experiência de Hubs Creative no reino Unido e as demandas específicas do território em São Paulo.

15. Custos e Despesas Operacionais

Despesa com pessoal	31.03.2018	31.03.2017
Despesas com pessoal ADE SAMPA/SDTE	(1.111.446)	(1.156.217)
Despesas com pessoal VAI-TEC	-	(81.285)
Despesas com pessoal PROJETO CRIADO EM SP	-	(80.171)
Total	(1.111.446)	(1.317.673)
	-	-
Outras Despesa nos Programas e Atividades	31.03.2018	31.03.2017
Despesas ADE SAMPA/SDTE	(153.547)	(299.247)
Despesas Criado em SP	-	(261)
Despesas Vai-Tec	(133.781)	(82.195)
Total	(287.328)	(381.703)
	-	-
Despesa Financeiras	31.03.2018	31.03.2017
Taxas bancárias - ADE Sampa	(1.291)	-
Taxas bancárias - Vai-Tec	-	-
Taxas bancárias - Criado em SP	-	(766)
Total	(1.291)	(766)

16. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.125/2008 que aprovou a NBC T 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC T 19.18.

17. Demonstração de Resultado do Exercício

O déficit do exercício de 2017 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que revogou a Resolução CFC N° 877 NBC T 10.10, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.